

# **Feminização e transmissão intergeracional da pobreza no Brasil\***

**Maria Salet Ferreira Novellino<sup>♦</sup>**

**João Raposo Belchior<sup>\*</sup>**

Palavras-chave: feminização da pobreza; transmissão intergeracional da pobreza; domicílios chefiados por mulher

Resumo:

A feminização da pobreza (FP) tem sido vista como um resultado de mudanças na estrutura familiar, as quais levam as mulheres a assumir o papel de provedoras dos domicílios onde vivem. Conseqüentemente, os estudos sobre FP tomam como indicador de pobreza, a prevalência de domicílios chefiados por mulher (DCM) entre os pobres. Neste contexto, os propósitos deste estudo são: (1) investigar se os DCM encontram-se concentrados na população mais pobre do Brasil bem como as características de seus moradores, de modo a verificar a existência e a magnitude do fenômeno da FP no Brasil. (2) verificar se a causa da FP é realmente mudança na estrutura familiar ou vulnerabilidade dessas mulheres como conseqüência de seu capital humano. (3) apontar as características necessárias dos programas dirigidos a essas mulheres e seus filhos de modo que possam garantir sua efetividade no que diz respeito ao seu empoderamento. Os pressupostos desta pesquisa são: 1. Há FP se o número de DCMs pobres for maior que os não pobres. 2. Há transmissão intergeracional da pobreza se os filhos não estão matriculados na escola, ou estudando e trabalhando ao mesmo tempo. 3. Em termos de políticas públicas, os domicílios pobres devem ser selecionados se suas chefes não tem renda ou estão subempregadas bem como se o número de crianças e adolescentes fora da escola for significativo. Para esta pesquisa foi utilizado o Censo 2000, do qual foi extraída uma amostra de 2.068.081 DCMs. Esta amostra não inclui todos os DCMs chefiados por mulher mas somente aqueles chefiados por mulheres com 18 anos e mais e com a presença de crianças de 0 a 17 anos e sem a presença de um adulto do sexo masculino. Distribuimos os DCMs por quintis de renda. Encontramos uma alta concentração no quintil mais pobre. Mas, encontramos também uma proporção de DCMs com renda alta. As chefes mais pobres tinham baixa escolaridade, trabalho precário, e 1/3 delas não tinham renda. A renda per capita dos mais pobres era R\$23.30, e dos mais ricos, R\$1045.60. Encontramos grandes diferenças entre os DCMs mais ricos e os mais pobres no que tange a número de filhos, participação na escola e no mercado de trabalho.

---

\* Trabalho apresentado no XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em Caxambú- MG – Brasil, de 29 de setembro a 03 de outubro de 2008”

<sup>♦</sup> ENCE/IBGE

<sup>\*</sup> IBGE

# Feminização e transmissão intergeracional da pobreza no Brasil\*

Maria Salet Ferreira Novellino  
João Raposo Belchior

## 1. Introdução

Feminização da pobreza significa que as mulheres vêm se tornando mais pobres do que os homens ao longo do tempo. Pearce (1978), que cunhou o conceito, atribuiu este fenômeno ao aumento no número dos domicílios chefiados por mulher entre a população pobre. Dessa forma, o estudo de Pearce (1978) e aqueles que lhe seguiram no tempo voltaram-se para as conseqüências da ausência de um homem provedor para as mulheres e seus filhos e que conduziram à feminização da pobreza e à transmissão intergeracional da pobreza.

Domicílios chefiados por mulher tornaram-se objeto de estudo devido ao acúmulo de evidências de que eles estavam entre os domicílios mais pobres e de que seu número vinha aumentando ao longo dos anos.

Buvinic e Gupta (1997:261-262) atribuíram o aumento no número dos domicílios chefiados por mulher aos seguintes fatores:

- (1) Migração masculina, resultando no abandono de mulheres e filhos no lugar de origem; ou migração feminina e a criação de domicílios no lugar de destino.
- (2) Divórcio ou separação e aumento da natalidade entre adolescentes solteiras.
- (3) Erosão dos sistemas de famílias estendidas e de redes tradicionais de apoio, que acolhiam mães solteiras e viúvas.
- (4) Guerras e conflitos civis, os quais resultam num número maior de mulheres nas populações nativas ou refugiadas.

De acordo com UN (1984:6-7), há três tipos de domicílios chefiados por mulheres: (a) domicílios unipessoais com uma mulher; (b) domicílios onde há somente mulheres e crianças e nenhum adulto do sexo masculino; (c) domicílios onde há homens, mas, devido à invalidez, desemprego, alcoolismo ou outros fatores, uma mulher é a principal provedora.

Pearce (1978:28) voltou-se exclusivamente para o segundo tipo e definiu famílias chefiadas por mulher como "aqueles famílias nas quais há somente adulto do sexo feminino e nenhum adulto do sexo masculino". De acordo com Garfinkel e McLanahan (1986), famílias chefiadas por mulher "têm maior probabilidade de serem pobres ou de experimentarem mudanças drásticas em sua renda do que outras famílias e ...os filhos de mães solteiras têm menor probabilidade de alcançarem sucesso como adultos do que aqueles criados em famílias nucleares". Estes mesmos autores, de modo similar a Pearce (1978), têm atribuído este fato aos seguintes fatores: baixa capacidade de ganho das mulheres; falta de apoio aos filhos por parte dos pais após a separação; e os escassos benefícios dados pelos programas de transferência de renda.

Nesta perspectiva, o propósito inicial deste estudo foi o de investigar se os domicílios chefiados por mulheres concentravam-se entre a população brasileira mais

---

\* Trabalho apresentado no XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em Caxambú- MG – Brasil, de 29 de setembro a 03 de outubro de 2008"

pobre, bem como as características dos seus moradores. Tomando como base a definição de Pearce (1978), tomamos como objeto exclusivamente os domicílios chefiados por mulher onde não houvesse nenhum outro adulto presente e houvesse filhos vivendo no mesmo domicílio. Utilizamos dados do Censo Demográfico 2000.

Inicialmente, distribuímos os domicílios chefiados por mulher por quintil de rendimento. Inferimos que havia uma forte concentração de domicílios chefiados por mulher no quintil mais pobre. Inferimos também que havia uma proporção (ainda que pequena) de domicílios chefiados por mulher com rendimento alto.

Em geral, os estudos sobre feminização da pobreza comparam os domicílios chefiados por mulher com aqueles chefiados por homens. Tomando como base os resultados que encontramos, optamos por comparar os domicílios chefiados por mulher mais pobres com aqueles mais ricos. Nossa hipótese é que a ausência do homem provedor pode afetar negativamente os domicílios mais pobres, mas não necessariamente os chefiados por mulheres com renda mais alta.

## **2. Feminização da pobreza**

Stallard et al. (1983:51) apud Gimenez (1999:338-339) caracterizaram a feminização da pobreza como um resultado direto da dupla jornada das mulheres: como força de trabalho não remunerado no próprio domicílio e força de trabalho de baixa remuneração, como consequência do primeiro. A pobreza aumentou ainda mais, segundo os autores, pelo aumento nas taxas de divórcio e no número de mães-solteiras.

Pearce (1978) considera a feminização da pobreza como resultado de mudanças na estrutura familiar, as quais conduziram as mulheres a assumir, sozinhas, a função de provedoras do domicílio. Ela explorou dois aspectos da feminização da pobreza: (1) a função das diferentes fontes de renda (salário e transferência pública e privada) na condução das mulheres à pobreza, e (2) a função do sistema de bem-estar social na perpetuação das mulheres na pobreza. (Pearce 1978:28)

Estas diferentes fontes de renda e as razões pelas quais elas podem levar à feminização da pobreza estão descritas abaixo.

### *2.1. Renda de salário*

De acordo com Pearce (1978), que analisou dados do U.S. Census Bureau, as mulheres encontravam-se ainda em posição inferior no mercado de trabalho urbano: dentro de guetos ocupacionais, a demanda por mão-de-obra barata e a demanda por trabalho feminino tornou-se sinônimo. As mulheres encontravam-se concentradas em algumas poucas ocupações: indústrias têxteis e eletrônicas, bancos e escritórios e serviço doméstico. Quanto maior a porcentagem de trabalhadoras numa ocupação, menor o salário médio da mesma. Resumindo, as mulheres concentravam-se em relativamente poucas, ocupações e de baixa remuneração.

Barros et al. (1997:232) escreveram que: “Daqueles domicílios chefiados por mulher - que eram pobres, a razão principal para este rendimento mais baixo não é um menor número de assalariados, mas a baixa capacidade de ganho destes assalariados”.

O principal impedimento para uma melhor inserção das mulheres no mercado de trabalho são as suas funções reprodutivas. Isto significa que a inserção e manutenção das mulheres no mercado de trabalho não podem ser tratadas sem considerar cuidados com as crianças, porque sem estes, há uma maior probabilidade das mulheres abandonarem a força de trabalho. Devido a suas funções reprodutivas, seus empregadores tendem a ver o seu trabalho como temporário ou secundário e sua casa e família como seus principais

compromissos. Como resultado, os salários das mulheres são menores do que os dos homens, e é mais improvável que se beneficiem de treinamento e seguro social. Além disso, “as mulheres apresentam maiores taxas de desemprego e precisam esperar maiores períodos de tempo entre empregos”.(Pearce 1978:30)

## 2.2. *Transferência privada de renda*

A maior parte das transferências privadas realizadas vem da própria família: os maridos dão a suas esposas uma parte de seus salários para pagar as despesas da casa e dos filhos. No caso de divórcio ou separação, os pais ficam obrigados a pagar pensão alimentícia para seus filhos. Entretanto, entre as famílias pobres, a probabilidade dos mesmos transferirem parte de suas rendas depois do divórcio ou separação é muito baixa.

Folbre (1990) apud Buvinic e Gupta (1997:263) defende que a separação pode ser uma independência forçada do homem mais do que uma escolha das mulheres por independência financeira. Este enunciado reforça a idéia de que a rota para a feminização da pobreza seria a ausência de um homem provedor.

## 2.3. *Transferência pública de renda*

Transferências públicas incluem todas as rendas não-salariais recebidas do Estado e podem ser divididas em dois tipos básicos: aquela que é recebida como consequência da participação na força de trabalho, e aquela que é recebida como programa de renda mínima, independente de participação prévia no mercado de trabalho. (Pearce 1978:31)

Quanto aos benefícios relacionados à participação no mercado de trabalho, as mulheres estão, geralmente subrepresentadas entre as beneficiárias, e estão ainda menos representadas em valor recebido. Um grande número de mulheres não tem direito de receber seguro-desemprego, porque há determinadas ocupações que estão excluídas do mesmo, tal como trabalho doméstico, que é desempenhado quase que exclusivamente por mulheres. Muitas mulheres não têm o direito ao seguro social devido ao caráter temporário, parcial e/ou informal de seus empregos.

No caso das mulheres chefes de família, a mais importante transferência pública de renda que não está condicionada a uma participação prévia na força de trabalho é o programa de renda mínima, no qual as mulheres irão, provavelmente, receber menos do que necessitam para sobrepujar a condição de pobreza. Pearce (1978) analisou a contribuição do programa estadunidense *Aid to Families with Dependent Children* (AFDC) na perpetuação das mulheres e de seus filhos em situação de pobreza.

Deve-se registrar que o AFDC foi fortemente criticado por pesquisadores e planejadores estadunidenses que argumentavam, de um lado, que este Programa estaria estimulando nascimentos fora do casamento e divórcios; e por um outro lado, que o valor do benefício não iria jamais permitir que as mulheres e seus filhos pudessem sobrepujar a condição de pobreza. (Garfinkel e MacLanahan 1986) Entretanto, pesquisadores e planejadores do Banco Mundial e do BIRD defenderam a implementação de programa similar (de alívio da pobreza) em países em desenvolvimento.

## **3. Transmissão intergeracional da pobreza**

Transmissão intergeracional da pobreza é vista como uma consequência da ausência de investimentos adequados no capital humano dos filhos –educação, saúde e alimentação –por seus pais de modo que possam sobrepujar os níveis renda e consumo de sua infância e sair da condição de pobreza. O motivo pelo qual os pais não podem contribuir para que seus filhos construam seu capital humano depende de vários fatores, incluindo o número de filhos bem como educação e a renda dos próprios pais. Um número grande de filhos tem implicações para o peso das responsabilidades dos pais e para o nível e distribuição do

investimento da família nos filhos. O nível educacional das mães é muitas vezes determinante do nível educacional de seus filhos porque mães mais educadas podem dar um melhor apoio e motivação para seus filhos.

Neste trabalho, a transmissão intergeracional de pobreza está sendo vista como a consequência da feminização da pobreza, isto é, a transmissão da pobreza que afeta os filhos dos domicílios pobres chefiados por mulher.

#### **4. Feminização da pobreza: uma breve revisão da literatura**

Acima, apresentamos as principais questões no que tange à feminização da pobreza tais como estabelecidas por Pearce (1978). Nesta parte do trabalho, vamos mostrar como o tema tem sido desenvolvido através de alguns estudos mais representativos, os quais são brevemente descritos abaixo.

Incluimos somente estudos que concluíram pela existência de um processo de feminização da pobreza; embora estejamos cientes de que alguns estudos tenham chegado a conclusões diferentes.

Como foi dito previamente, os estudos sobre feminização da pobreza tiveram início com Pearce (1978) nos Estados Unidos. Mais tarde, assim como ela, Herring et al. (1993:56) concluíram que “estava havendo [nos Estados Unidos] um forte crescimento na porcentagem de famílias pobres chefiadas por mulher –de 35% em 1968 para 53% em 1988”.

McLanahan e Kelly (1999:134) examinaram as tendências das taxas de pobreza para mulheres e homens nos Estados Unidos entre 1950 e 1996. Eles concluíram que “ocorreu uma dramática feminização da pobreza entre 1950 e 1970, entre todos os grupos de idade e entre ambos brancos e negros... Para a população como um todo, a feminização da pobreza atingiu seu ponto máximo em 1970 entre brancos e em 1980 entre negros”.

Esses mesmos autores também analisaram os motivos usualmente dados para a feminização da pobreza: mudanças na estrutura familiar, mudanças na economia bem como mudanças nos programas de transferência de renda. Eles concluíram que (1999:144) o crescimento salarial que reduziu as taxas de pobreza beneficiaram os homens mais do que as mulheres porque eles participavam em maior número do mercado de trabalho; as mudanças na estrutura familiar atingiram as mulheres mais do que aos homens, principalmente porque mulheres têm mais responsabilidade por seus filhos.

No que diz respeito a mudanças nos programas de transferência de renda, esses autores dizem que (1999:139)

Se uma família que se qualifica para o benefício consegue aumentar sua renda (de outras fontes) o suficiente para se posicionar acima da linha de pobreza, a família não mais se qualifica para o benefício. De fato, os limites para a elegibilidade são geralmente definidos abaixo da linha de pobreza, de modo que as famílias podem ser cortadas dos programas mesmo que sua renda esteja abaixo da linha de pobreza.

De acordo com Bianchi (1999:312) havia evidências de que a pobreza estava aumentando e concentrava-se em famílias chefiadas por mulher nos Estados Unidos. Estas evidências mostraram que o número de pessoas vivendo neste tipo de família aumentou bem como a proporção dos pobres que estavam nestas famílias. Na sua opinião,

se a pobreza das famílias feminizou-se, pode ser ou porque os riscos de residir na pobreza têm aumentado relativamente mais nas famílias chefiadas por mulher do que em outros tipos de família ou porque a composição do grupo de famílias chefiadas por mulher tornaram-se aqueles mais vulneráveis à pobreza (i.e., jovens mães-solteiras).

Estas mulheres são consideradas mais vulneráveis porque têm maior probabilidade de serem menos educadas.

Nos anos 90, estes estudos começaram a ser realizados também nos países em desenvolvimento. Dos vários que foram realizados, Buvinic e Gupta (1994) analisaram 61 estudos realizados na África, Ásia e na América Latina e Caribe, de modo a responder às seguintes questões: (1) se os domicílios chefiados por mulher estavam sobrerrepresentados entre os domicílios pobres e as conseqüências para os filhos; (2) se tomar como alvo domicílios chefiados por mulher seria uma estratégia efetiva antipobreza em termos de custo. Trinta e oito dos 61 estudos chegaram à conclusão que domicílios chefiados por mulher estavam sobrerrepresentados entre os pobres. Outros quinze inferiram que a pobreza estava associada somente a determinadas tipos de chefe mulher. Somente oito não encontraram evidências empíricas de uma maior pobreza em domicílios chefiados por mulher.

Buvinic e Gupta (1994), através das informações obtidas destes estudos, concluíram que a associação entre domicílios chefiados por mulher e pobreza pode ser observada através da análise de três fatores que determinam uma maior pobreza neste tipo de domicílio: (1º) peso da dependência: eles tendem a conter uma taxa maior de não-trabalhadores para trabalhadores do que em outros domicílios; (2º) lacunas de gênero: mulheres têm menor média de ganho do que os homens, poucos bens e menos acesso a empregos remunerados e recursos produtivos; e (3º) as mulheres têm também que desempenhar suas funções reprodutivas. Como conseqüência, elas têm que lidar com maiores restrições em termos de tempo e mobilidade, as quais as levam a dedicar um menor número de horas a empregos remunerados ou treinamento e educação.

Para Rogers (1995), a vulnerabilidade dos domicílios chefiados por mulheres na República Dominicana, era conseqüência de suas fontes de renda. Rogers (1995:2037) mostrou que: "Domicílios chefiados por mulher ou por homem são praticamente iguais quando os distribuimos por classes de despesa *per capita*, mas as fontes de renda do domicílio são radicalmente diferentes nos dois tipos de domicílio".

Esta autora nomeou as categorias de renda como: (a) salários, (b) renda de negócios, (c) renda de aluguel, (d) pensão e seguro social, (e) interesses e dividendos, e (f) transferências que incluem doações de membros família vivendo fora de casa. Ela concluiu que, como as mulheres chefes são mais dependentes de (d) e (f), elas são mais vulneráveis à pobreza do que os homens chefes.

Barros et al. (1997) analisaram algumas características e o comportamento de domicílios chefiados por mulher no Brasil urbano. Seus objetivos foram identificar algumas das conseqüências do aumento deste tipo de domicílio no que diz respeito ao bem-estar dos filhos. As seguintes características dos domicílios foram observadas: sua composição, a renda familiar e a razão de dependência. As seguintes características dos chefes de domicílio foram observadas: idade, escolaridade, renda média, porcentagem economicamente ativa, parte da renda do domicílio ganha pelo chefe. No que diz respeito aos filhos, foram consideradas: frequência escolar e participação na força de trabalho. Para os autores, uma menor taxa de frequência escolar para os filhos indicavam que os filhos estavam em piores condições. Tomar parte na força de trabalho era considerado desvantajoso somente se filhos estivessem trabalhando em detrimento da frequência à escola.

De acordo com Barros et al. (1997), uma determinada classe de domicílios poderia estar sobrerrepresentada entre os pobres se: (a) poucos adultos tivessem renda positiva; (b) a renda dos assalariados fosse baixa; ou (c) a razão de dependência fosse alta. Os autores concluíram que domicílios chefiados por mulher estavam sobrerrepresentados entre os

pobres e que seus filhos estavam em pior condição. Este fato foi atribuído à desigualdade de renda entre este tipo de domicílio e aqueles chefiados por homens.

Buvinic e Gupta (1997:267) inferiram, a partir dos estudos que revisaram, que a proporção de crianças e adolescentes dos domicílios chefiados por mulher que trabalhavam era maior do que aquela dos residentes em outros domicílios “com implicações de longo prazo potencialmente negativas para o seu bem-estar”.

Berquó (2002) analisou algumas características sócio-demográficas de chefes de domicílio brasileiras, tais como idade, escolaridade, renda, raça, e situação conjugal. Ela concluiu que mulheres sós e com filhos estavam entre os mais pobres.

Novellino (2002) analisou o fenômeno da feminização da pobreza no estado do Rio de Janeiro nos anos 90, considerando famílias com filhos dentro do quintil inferior de renda. Foram analisadas algumas características dos chefes e de seus filhos bem como de seus domicílios. A autora observou que embora a qualidade de vida das famílias mais pobres parecesse ser igualmente desfavorável, independente do gênero do chefe, existiam algumas diferenças que indicavam haver feminização da pobreza, que são: (a) o número de domicílios chefiados por mulher estava aumentando; (b) a proporção de mulheres desempregadas era muito maior do que dos homens; (c) a média dos anos de escolaridade das mulheres estava aumentando, mas a média dos anos de escolaridade dos homens ainda era mais alta; (d) a proporção de filhos de domicílios chefiados por mulher matriculados na escola era menor do que nos domicílios chefiados por homem.

Seok (2005) examinou dados da estatística nacional coreana e concluiu que o risco de pobreza era 2.2 vezes mais alta para mulheres chefes de domicílios entre 20 e 64 anos de idade e 1.9 vezes mais alta para as de idade 65 e mais comparada aos homens chefes de domicílio. Além disso, sua análise sobre a dinâmica da pobreza e crise econômica conduziram-na a deduzir que quando da recuperação econômica, as mulheres chefes experimentaram dificuldade em recuperar-se da pobreza e mostraram uma pobreza crônica.

Montaño et al. (2002-2003:12-13) analisaram dados coletados em 2002 em 18 países da América Latina e chegaram a algumas conclusões relevantes, tais como:

- Em 9 destes países, “a proporção de indigência é claramente mais alta entre os domicílios chefiados por mulher do que entre aqueles chefiados por homens”.
- “Mulheres chefes estavam mais comumente entre os domicílios extremamente pobres do que entre os domicílios pobres não-indigentes e não-pobres em 11 países”.
- “Mulheres chefes de domicílios tinham renda monetária menor do que os homens chefes de domicílios”.

Os estudos que chegaram à conclusão de que havia de fato o fenômeno de feminização da pobreza, defendiam a implementação de políticas públicas dirigidas para mulheres chefes de domicílios, tema do nosso próximo tópico.

## **5. Políticas públicas para mulheres pobres**

Os estudos sobre feminização da pobreza estão fortemente associados com a proposição de políticas públicas para mulheres chefes pobres. O que caracteriza este tipo de política é que elas não são voltadas para toda a população nem para todas as pessoas ou mulheres pobres, mas exclusivamente para um tipo de mulheres pobres, as quais representam uma pequena parte da população.

Tomar como objetivo o alívio da pobreza para grupos específicos tornou-se uma prática de estados neoliberais, dada a pressão exercida por organismos tais como o Banco

Mundial e o BIRD sobre o Estado para reduzir despesas públicas com saúde e educação, de modo a pagar empréstimos. Desta forma, os Estados esperavam aumentar a efetividade em termos de custos de programas e assegurar que a assistência alcançasse os mais necessitados.

A razão para tomar como alvo mulheres chefes é a redução da transmissão da pobreza para a próxima geração porque planejadores estão conscientes que as mulheres tendem a investir mais nos filhos quando são elas as provedoras do domicílio. Dessa forma, mulheres eram preferíveis para serem inscritas como beneficiárias de programas de transferência de renda porque elas iriam gastar mais deste benefício com seus filhos do que os homens o fariam. (Buvinic e Gupta 1997)

Estas políticas podem transferir renda ou podem voltar-se para aumentar a qualificação das mulheres através de treinamento, oportunidade de emprego e creches, de modo a permitir e aumentar a participação das mulheres na força de trabalho. Mas essas políticas podem ser voltadas para os filhos, lançando programas para aumentar a qualificação dos filhos bem como o acesso dos mesmos a recursos e serviços, de modo a permitir que eles alcancem melhores posições do que seus pais na força de trabalho.

Buvinic e Gupta (1997:275) sugerem que

mulheres chefes de famílias demandam intervenções que são dirigidas especificamente para elas, tais como programas de geração de renda e apoio para cuidados com os filhos bem como políticas afirmativas para impedir discriminação no acesso a mercados e recursos, campanhas de saúde e educação (por exemplo, serviços para adolescentes grávidas), e o estabelecimento de uma efetiva rede social de apoio através de organizações formais ou informais.

Barros et al. (1997:253) concluíram que “as melhores intervenções para a eliminação da pobreza neste grupo seriam aqueles que focalizam na eliminação (1) da discriminação salarial e (2) da segregação ocupacional das mulheres.”

Casper et al. (1994) apud McLanahan e Kelly (1999) examinaram diferenças de gênero em alguns países no que tange à pobreza de modo a verificar se e o que esses países haviam feito para evitar a feminização da pobreza. Os autores inferiram que Itália, Suécia e Holanda têm evitado diferenciais de gênero nas taxas de pobreza por diferentes razões. Estas razões têm a ver com as causas que, de acordo com Pearce (1978) conduzem à feminização da pobreza. Como na Itália as taxas de casamento são muito altas, quase todas as mulheres têm cônjuges, de modo que há pouca diferença na probabilidade dos homens e mulheres viverem na pobreza. Na Suécia, as mulheres têm alta probabilidade de estarem empregadas e há somente um pequeno *gap* salarial entre homens e mulheres. Isto provavelmente porque o Estado Sueco estimulou e protegeu a participação das mulheres no mercado de trabalho. Na Holanda, o número de mães solteiras é alto e a probabilidade de estarem empregadas em tempo integral é baixa, mas as transferências públicas são altas o suficiente para manter essas famílias fora da pobreza.

O primeiro país da América Latina a estabelecer um programa dirigido para mulheres chefes foi o Chile, em 1992. O objetivo do programa era aumentar a renda dessas mulheres, aumentar o bem-estar dos membros desses domicílios, e acabar com a discriminação entre domicílios chefiados por mulher e por homens. O programa, desenvolvido pelo *Servicio Nacional de la Mujer* (SERNAM) juntamente com outros ministérios, dava preferência para domicílios chefiados por mulher com filhos. Tinha como propósito aumentar as oportunidades econômicas dessas mulheres bem como ampliar o acesso delas à informação. Este programa começou com um projeto-piloto de dois anos, lançado em cinco municípios, identificados como aqueles que concentravam uma grande

proporção de domicílios pobres. O projeto-piloto dirigia-se a 500 mulheres chefe de domicílio em cada município e 2.500 no total. Mães solteiras mesmo se residissem em domicílios estendidos chefiados por homem poderiam ser beneficiárias do programa. O projeto-piloto oferecia os seguintes serviços: de saúde, treinamento, alojamento, de cuidados com as crianças (incluindo programas educacionais), e ajuda legal. O projeto-piloto sustentava-se em infraestruturas e serviços já existentes nesses municípios. (Buvinic e Gupta 1997)

Aqui no Brasil nós não temos um programa dirigido exclusivamente para famílias chefiadas por mulheres, mas temos um programa de transferência de renda dirigido às famílias pobres, cujos beneficiários são preferencialmente as mulheres o *Bolsa Família*, benefício apoiado pelo Banco Mundial e criado em 2004.

Depois de apresentar as origens e alguns estudos sobre a feminização da pobreza, apresentaremos, na próxima seção, nossa própria pesquisa sobre feminização da pobreza no Brasil.

## 6. Dados sobre domicílios pobres chefiados por mulheres no Brasil

Nesta parte do trabalho apresentaremos os principais resultados da pesquisa que realizamos com domicílios chefiados por mulher. Utilizamos dados do Censo Demográfico 2000, do qual extraímos uma amostra de 2.068.081 domicílios chefiados por mulheres, os quais representam 4,9% de todos os domicílios brasileiros. Essa amostra não inclui todos os domicílios chefiados por mulheres, mas somente aqueles chefiados por mulheres com 18 anos ou mais de idade e com a presença de filhos de 0 a 17 anos de idade onde não havia nenhum adulto sexo masculino. De agora em diante, esses domicílios serão chamados de DCM.

### 6.1. Distribuição de DCM pelos estados brasileiros

É reconhecido que o Brasil é um país com uma grande disparidade regional no que diz respeito à renda e riqueza. Em vista disto, decidimos usar o Índice do Desenvolvimento Humano (IDH) junto com a proporção de DCM para o Brasil bem como para cada estado brasileiro. Nossa hipótese era a de que quanto mais alta a proporção de DCM, pior o IDH.

Na Tabela 1, mostramos a proporção de DCM e o IDH para cada Estado brasileiro, cuja análise é apresentada abaixo.

**Tabela 1**  
**Proporção de DCM e IDH por estado brasileiro**

Estado brasileiro	Proporção de DCM	IDH
Santa Catarina	4.1	0.822
São Paulo	4.3	0.820
Minas Gerais	4.5	0.773
Paraná	4.5	0.787
Mato Grosso	4.5	0.773
Rio Grande do Sul	4.7	0.814
<b>BRASIL</b>	<b>4.9</b>	<b>0.766</b>
Pará	5	0.723
Espírito Santo	5	0.765

Rio Grande do Norte	5.1	0.705
Rondônia	5.2	0.735
Amazonas	5.2	0.713
Paraíba	5.2	0.661
Rio de Janeiro	5.2	0.807
Mato Grosso do Sul	5.3	0.778
Ceará	5.4	0.700
Goiás	5.4	0.776
Piauí	5.5	0.656
Tocantins	5.6	0.710
Alagoas	5.6	0.649
Bahia	5.6	0.688
Pernambuco	5.7	0.705
Amapá	6.1	0.753
Maranhão	6.1	0.636
Roraima	6.2	0.746
Sergipe	6.2	0.682
Acre	7.1	0.697

Fonte: Censo 2000 e Atlas do Desenvolvimento Humano

De fato, corroborando com a idéia de desigualdade regional há variações entre os estados brasileiros com respeito à proporção de DCM bem como com a posição no IDH. Mais que isso, há uma forte conexão entre a proporção de DCM e a posição no IDH: quanto menor a proporção de DCM, melhor a posição no IDH.

O estado que apresenta uma proporção mais baixa de DCM (4.1%) tem melhor posição no IDH, com o escore de 0.822. O estado com a mais alta proporção desses domicílios (7.1%) apresenta o escore 0.697. O estado com a pior posição –0.636 tem a proporção de 6.1% desses domicílios. Resumindo, o estado brasileiro com o pior IDH apresenta a mais alta proporção de DCM. O que nos permite estabelecer uma relação entre pobreza e DCM.

#### 6.2. Distribuição de DCM por quintil de renda

Na esta seguinte de nossa pesquisa, distribuímos os DCM por quintis de renda e os resultados foram os seguintes: 1º ou quintil mais pobre, 36.4% dos DCM; 2º, 27.6%; 3º, 14.8%; 4º, 11.8%; e o 5º ou mais rico, 9.4% dos DCM. Assim, pode-se ver que havia uma forte concentração de DCM no quintil de rendimento mais baixo ou mais pobre.

Na Tabela abaixo, apresentamos a proporção de DCM e a respectiva renda média *per capita* para cada quintil.

**Tabela 2**  
**Distribuição de DCM por quintil e a renda média *per capita* em Reais**

Quintil	Distribuição de DCM	Renda per capita (R\$)
mais pobre	36.4	23,30
2º	27.6	86,00
3º	14.8	162,60
4º	11.8	302,50

mais rico	9.4	1045,60
-----------	-----	---------

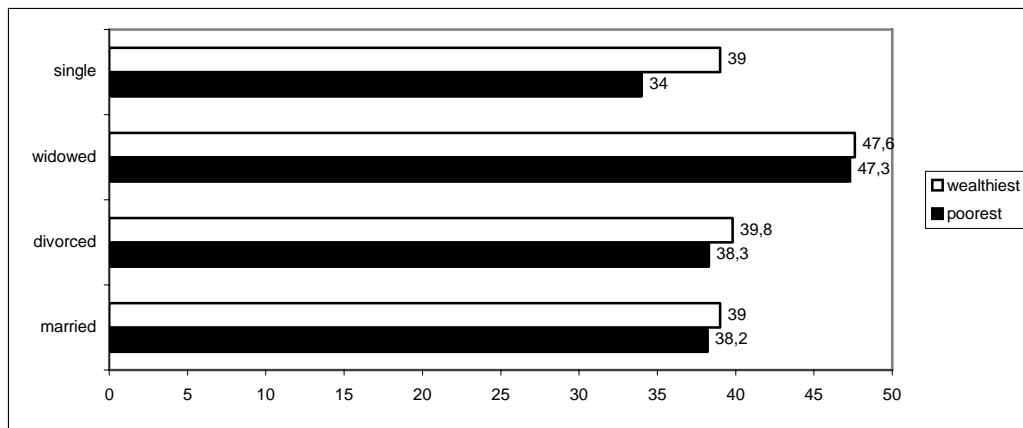
Fonte: Censo 2000

De acordo com a Tabela acima, quase 40% dos DCM têm uma renda média *per capita* de R\$ 23,30 enquanto a renda média *per capita* dos 10% DCM mais ricos era R\$1.045,60. Assim, a renda dos mais ricos é 45 vezes mais alta do que aquela dos mais pobres. Como pode ser visto, há um forte desequilíbrio de renda entre as mulheres estudadas. Este resultado indica a relevância de comparar os DCM mais pobres com os mais ricos. Devemos ressaltar que este desequilíbrio reflete bem a desigualdade dentre a população brasileira. Assim, tomamos a decisão de focar exclusivamente os 40% DCM mais pobres e os 10% DCM mais ricos.

### 6.3. Perfil sócio-demográfico das chefes dos DCM

Este perfil compreende os seguintes dados sobre as mulheres chefes: idade, raça, situação conjugal, escolaridade, ocupação e fontes de renda.

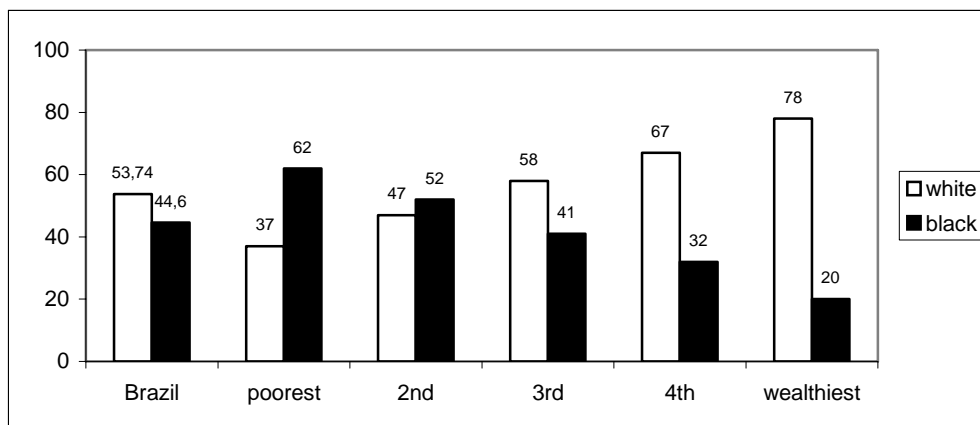
**Gráfico 2**  
**Idade média das mulheres chefes por situação conjugal**



Fonte: Censo 2000

Como mostramos no Gráfico acima, a média de idade para as mais pobres é de 37 anos e para as mais ricas, 40. Para as casadas é, respectivamente, 38 e 39; para as divorciadas, 38 e 39; para as viúvas, 47 para ambas; somente para as solteiras há uma diferença: 34 e 39 anos. A diferença da média de idade entre as mais pobres e as mais ricas não é muito grande, mas indica uma tendência para mulheres pobres para criar seus filhos sozinhas mais cedo do que as mais ricas.

**Gráfico 3**  
**Proporção de mulheres chefes por raça**



Como pode ser visto no Gráfico acima, há uma maior proporção de chefes negras entre as mais pobres: sua proporção (62%) é bem acima daquela para o Brasil –44.6%. Devemos ressaltar à medida que aumenta a renda, diminui a proporção de mulheres chefes negras e aumenta a proporção de chefes brancas. A proporção de mulheres negras vai de 62% no quintil mais pobre para 20% no quintil mais rico. Contrariamente, a proporção de mulheres brancas vai de 37% no quintil mais pobre para 78% no mais rico.

**Tabela 3**  
**Escolaridade das mulheres chefes**

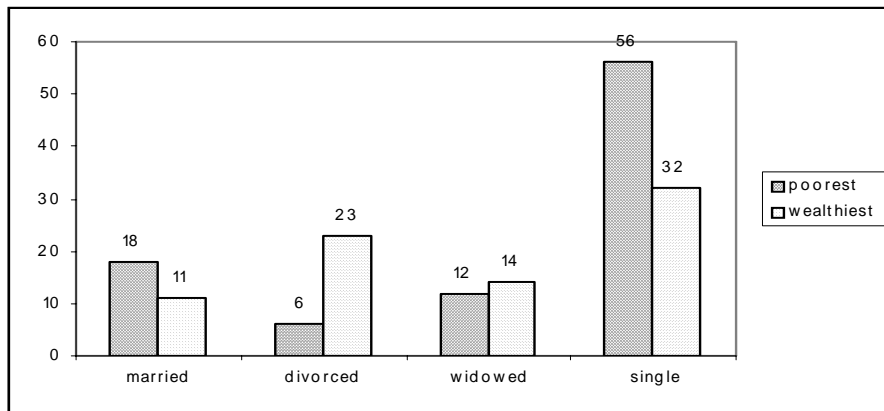
Anos de escolaridade	Mais pobres	Mais ricas	Mais pobres		Mais ricas	
			Branças	Negras	Branças	Negras
<b>3 e menos</b>	42.8	1.5	34.6	47.9	1.9	3.3
<b>4 a 7</b>	39	4.3	40.4	35.2	4.8	9.2
<b>8 a 10</b>	11	7.6	14.1	9.9	7.6	10.4
<b>11 e mais</b>	5.7	86.2	9.7	5.5	85.4	76.7

Fonte: Censo 2000

Uma outra característica também considerada foi a escolaridade. Na Tabela acima, é apresentada a escolaridade das chefes mais pobres e das mais ricas. Como se pode ver, há uma forte relação entre escolaridade e renda. Quase metade das mulheres mais pobres tem 3 anos de escolaridade ou menos. Por outro lado, 86.2% das mulheres mais ricas têm 11 ou mais anos de escolaridade.

Quando analisamos a escolaridade dessas mulheres de acordo com sua cor/raça, observamos que as brancas mais pobres concentravam-se no grupo 4 a 7 anos de escolaridade; as negras mais pobres concentravam-se no grupo 3 e menos de escolaridade. Ambas brancas e negras mais ricas concentravam-se no grupo de 11 anos ou mais de escolaridade. Embora a porcentagem de mulheres negras seja menor do que a de mulheres brancas, esses resultados indicam que as mulheres negras têm menor probabilidade de freqüentar escola do que as brancas.

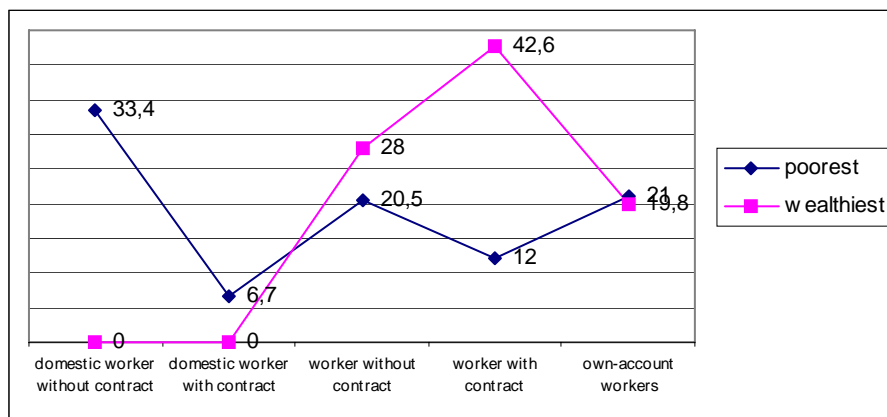
**Gráfico 4**  
**Situação conjugal das mulheres chefes**



Fonte: Censo 2000

O Gráfico acima se refere à situação conjugal das chefes dos DCM, informação muito relevante para nossa pesquisa, haja vista que a feminização da pobreza é considerada como uma consequência de transformações na estrutura familiar. Os resultados encontrados mostram que mais da metade das chefes pobres eram mães-solteiras. Somente 6% delas eram divorciadas. No que diz respeito às chefes do quintil de maior rendimento, quase a terça parte delas eram mães-solteiras. Considerando esses números, podemos dizer que mudanças na estrutura familiar podem afetar mulheres com baixa escolaridade e pouca qualificação mas não necessariamente as mulheres com alta escolaridade e alto rendimento. Vale ressaltar que nem as chefes-pobres nem as de mais alta renda tinham como renda principal pensão alimentícia. (ver Tabela 4)

**Gráfico 5**  
**Ocupações das mulheres chefes**



Fonte: Censo 2000

De acordo com o Gráfico acima, o trabalho doméstico era a maior ocupação para as chefes mais pobres. 40% delas eram trabalhadoras domésticas: 33.4% sem contrato e 6.7% com contrato. Além disso, mais da metade delas não tinham contrato de trabalho. Portanto, as características das ocupações dessas mulheres eram as seguintes: empregos informais de baixa remuneração. Por outro lado, quase metade das chefes de mais alta renda tinham contrato de trabalho. Assim, as características das ocupações dessas mulheres eram: empregos formais de alta remuneração.

**Tabela 4**  
**Fontes de renda das mulheres chefes**

		Salários	Seguro social e benefícios	Pensão alimentícia e doações	Programas de transferência	Sem renda
<b>casadas</b>	<b>mais pobres</b>	40.3	8.7	9.2	1.1	36.3
	<b>mais ricas</b>	74.5	9.5	10.8	0	0
<b>divorciadas</b>	<b>mais pobres</b>	40.1	10.4	10	0.9	34.8
	<b>mais ricas</b>	83	7.6	7.1	0	0
<b>viúvas</b>	<b>mais pobres</b>	18	55.3	2.3	0.5	21.6
	<b>mais ricas</b>	48.3	43.3	1.7	0	0
<b>solteiras</b>	<b>mais pobres</b>	38.8	9.2	9.1	1.2	37.9
	<b>mais ricas</b>	79.7	12.6	5	0	0

Fonte: Censo 2000

Nós examinamos as principais fontes de renda das mulheres de acordo com sua situação conjugal. As principais fontes identificadas foram: salários, seguro social e benefícios e pensão alimentícia e doações. De acordo com os dados apresentados na Tabela acima, mulheres chefes pobres casadas, divorciadas e solteiras bem como as de mais alta renda com a mesma situação conjugal tinham como principais fontes de renda salários.

No que diz respeito às viúvas, as principais fontes de renda para as pobres era seguro social e benefícios. Para as de mais alta renda, as principais fontes eram salários, embora outras fontes significativas fossem seguro social e benefícios. Pensão alimentícia e doações representavam aproximadamente 10% da renda das casadas sendo pobres ou de mais alta renda. Para as divorciadas havia diferença de 3% a mais para as pobres (10 para 7). Para as solteiras, esta diferença era quase a metade para a de mais alta renda – 5% e 9.1% para os pobres. O que chama a atenção é uma considerável porcentagem de mulheres chefes mais pobres que se autodeclararam ‘sem renda’. Quase 40% das mães-solteiras assim o fizeram, bem como 36.3% dos casadas, 34.8% dos divorciadas e 21.6% das viúvas. Nenhuma das chefes de mais alta renda se auto-declararam ‘sem renda’.

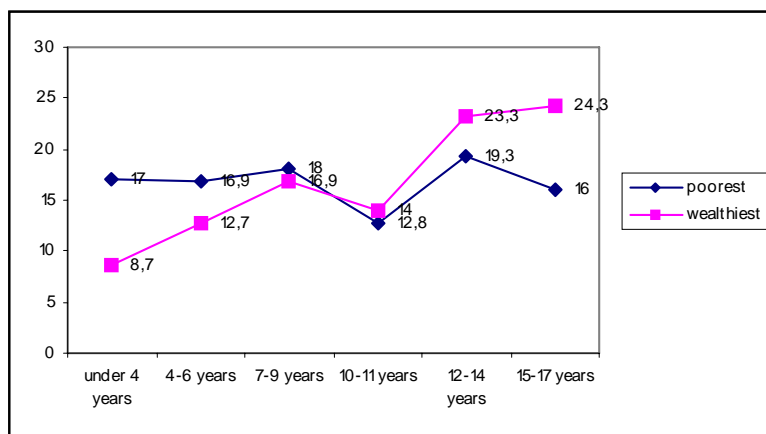
Neste estudo, identificamos as principais fontes de renda das mulheres chefes, que são: salários, seguro social e benefícios, pensão alimentícia e doações, e programas de transferência de renda. Infelizmente, o impacto deste último sobre a renda dos domicílios pobres não pôde ser inferida porque nossa fonte de dados data de 2000 e o programa de transferência de renda –o *Bolsa Família* foi lançado em 2004. Entretanto, se estes domicílios mantiverem seus níveis de renda, suas chefes serão potencialmente beneficiárias para o *Bolsa Família*.

#### 6.4. Dados sobre as crianças e adolescentes dos DCM

A amostra analisada compreende 1.861.120 crianças e adolescentes com idade entre 0-17 vivendo nos DCM mais pobres e 262.873 com idade entre 0-17 vivendo nos DCM mais ricos. Assim, 87.6% concentravam-se nos DCM mais pobres e 12.3% nos DCM mais ricos. O número médio de crianças e adolescentes por domicílio era 2,47 no quintil mais pobre, caindo para uma média de 1,35 no quintil mais rico.

No Gráfico abaixo, crianças e adolescentes foram distribuídos por idade de acordo com o quintil do domicílio.

**Gráfico 6**  
**Grupos de idade das crianças e adolescentes**

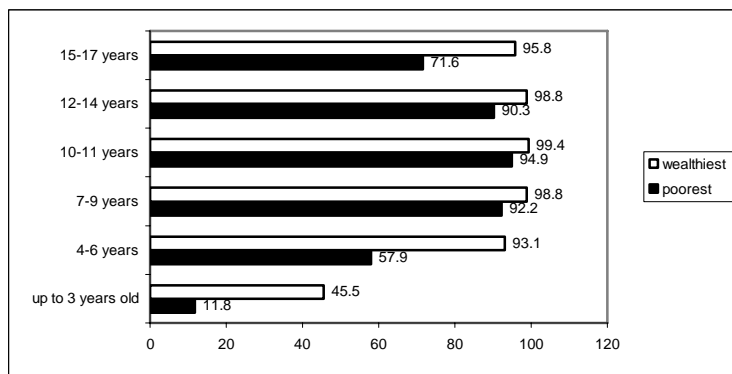


Fonte: Censo 2000

No quintil mais pobre, a proporção de crianças com menos 4 anos de idade é o dobro da proporção de crianças nessa mesma faixa etária no quintil mais rico. Enquanto nos domicílios mais pobres 17% das crianças tinham menos de 4 anos de idade, nos mais ricos, esta proporção era 8,7%. Por outro lado, para os adolescentes entre 15 e 17 anos de idade, a proporção era maior nos mais ricos –24.3%, e nos mais pobres, 16%.

Resumindo, há uma notável diferença entre a distribuição dos filhos dos DCM pobres e de mais alta renda de acordo com seus grupos de idade. Proporcionalmente, há mais crianças de 0 aos 9 anos de idade nos DCM mais pobres, e há mais crianças e adolescentes de 10 a 17 anos de idade nos DCM mais ricos. Estes números indicam que os filhos dos DCM mais pobres deixam os domicílios de suas mães precocemente ou, pior, talvez tenham sido vítimas da violência urbana.

**Gráfico 7**  
**Proporção de crianças e adolescentes matriculados na escola**



Fonte: Censo 2000

No que diz respeito à matrícula na escola (ver Gráfico 7 acima), a proporção de crianças e adolescentes dos domicílios mais ricos bem como dos mais pobres entre 7 e 14 anos de idade não são diferentes. Entretanto, quando consideramos a proporção de crianças com até 3 anos de idade há uma notável diferença entre esses dois tipos de domicílio. Enquanto quase a metade dessas crianças dos domicílios mais ricos freqüentavam escola, somente 11.8% dos mais pobres o faziam. Discrepâncias entre ambos domicílios mais ricos e mais pobres foram encontradas também para os adolescentes de 15 a 17 anos de idade. Observamos que 95,6% dos adolescentes dos domicílios mais ricos freqüentavam escola contra 71.6% dos mais pobres.

Analisamos também a relação entre escolaridade das chefes e o atendimento à escola das crianças e dos adolescentes dos DCM e encontramos os seguintes resultados: 66,3% dos adolescentes de 15 a 17 anos de idade cujas mães tinham menos de 4 anos de escolaridade estavam matriculadas na escola. Esta proporção aumenta à medida que aumentam os anos de escolaridade das mães. 73,6% dos adolescentes cuja escolaridade das mães era de 4 a 7 anos; 82,4% cujas mães tinham de 8 a 10 anos de escolaridade e 86,3% dos adolescentes cujas mães tinham 11 anos ou mais de escolaridade estavam matriculados na escola.

De acordo com nossa abordagem, há indicações de transmissão intergeracional de pobreza quando os filhos não estão freqüentando escola ou freqüentando escola e, ao mesmo tempo trabalhando. Os dados sobre os filhos indicaram que existe de fato um processo de transmissão intergeracional de pobreza visto que 28,3% das crianças e adolescentes dos DCM mais pobres não freqüentavam escola; e pior, 17,04% não estavam matriculados na escola nem participavam da força de trabalho. Enquanto isso, nos DCM mais ricos, 4,2% não estavam matriculados na escola e 2,8% não estudavam nem participavam da força de trabalho.

**Tabela 5**

**Participação das crianças e adolescentes de 10-14 anos de idade na escola e na força de trabalho**

	Mais pobres	Mais ricos
estudante	86	97,3

<b>estudante</b>		
<b>e</b>		
<b>trabalhador</b>	6,2	1,7
<b>trabalhador</b>	1,3	0,1
<b>nem</b>		
<b>estudante</b>		
<b>nem</b>		
<b>trabalhador</b>	6,5	0,9

Fonte: Censo 2000

Na Tabela acima aparece a proporção de crianças e adolescentes dos DCM de 10 a 14 anos de idade nas seguintes condições: (a) somente estudando, (b) estudando e trabalhando, (c) somente trabalhando, e (d) nem estudando nem trabalhando.

Antes de analisar esses dados vale lembrar que nossa amostra de crianças e adolescentes com 10 a 14 anos de idade compreende 596.743 indivíduos pertencendo aos DCM mais pobres e 98.181 indivíduos pertencendo aos DCM mais ricos. Enquanto quase cem por cento dos mais ricos estavam matriculados na escola, 86% dos mais pobres o estavam. Enquanto menos de 2% dos mais ricos estavam estudando e trabalhando, mais de 6% de os pobres estavam estudando e trabalhando.

Somente 103 filhos dos DCM mais ricos estavam trabalhando enquanto 8.004 filhos dos DCM mais pobres estavam trabalhando. Enquanto 865 filhos dos DCM mais ricos não estavam trabalhando nem estudando, 38.823 filhos dos DCM mais pobres não estavam trabalhando nem estudando.

Considerando essa informação, podemos dizer que os filhos dos DCM mais pobres estavam em pior condição do que aqueles dos DCM mais ricos. Além disso, seu número é muito mais alto: a cada filho dos DCM mais ricos corresponde 6 filhos dos DCM mais pobres.

**Tabela 6**  
**Participação dos adolescentes de 15-17 anos de idade na escola e na força de trabalho**

	<b>Mais pobres</b>	<b>Mais ricos</b>
<b>estudante</b>	52,9	85,1
<b>estudante</b>		
<b>e</b>		
<b>trabalhador</b>	18,8	10,7
<b>trabalhador</b>	11,3	1,4
<b>nem</b>		
<b>estudante</b>		
<b>nem</b>		
<b>trabalhador</b>	17	2,9

Fonte: Censo 2000

Na Tabela acima, aparece a proporção de filhos dos DCM de 15 a 17 anos de idade que estavam somente estudando, estudando e trabalhando, somente trabalhando, ou nem estudando nem trabalhando. Nossa amostra de adolescentes com 15 a 17 anos de idade

compreende 298.587 pertencendo aos DCM mais pobres e 63.903 pertencendo àqueles mais ricos. Para este grupo de idade, um pouco mais da metade dos adolescentes dos DCM mais pobres estava freqüentando escola e 85% dos mais ricos o estavam. Mais de 10% dos mais pobres estavam trabalhando enquanto 1,4% dos mais ricos o estavam. Considerando os adolescentes que não estavam nem trabalhando nem estudando, 17% dos mais pobres ou, em números absolutos, 50.884 filhos e 2,9% dos mais ricos ou 1.830 filhos estavam nessa situação. Para cada filho dos DCM mais ricos nesta condição, havia, praticamente, 28 dos DCM mais pobres, embora existisse 1 filho nos DCM mais ricos para cada 5 filhos nos DCM mais pobres da amostra.

## **7. Comentários finais**

Os pressupostos desta pesquisa foram os seguintes:

1. Há feminização da pobreza se o número de DCM pobres for significativamente mais alto do que os DCM não-pobres.
2. Há transmissão intergeracional de pobreza se filhos não estiverem matriculados na escola, ou freqüentando escola e, ao mesmo tempo, trabalhando.
3. No que diz respeito a políticas públicas, as chefes dos domicílios pobres deveriam ser beneficiárias de transferência de renda se não tiverem renda ou se estiverem em subempregos bem como se o número de filhos fora da escola for significativa.

Concluindo este trabalho, podemos dizer que:

1. Há de fato o fenômeno de feminização da pobreza no Brasil. O alto número de DCM que são pobres fornece clara evidência do fato.
2. A transmissão intergeracional de pobreza é um processo evidenciado nesta pesquisa pelas taxas de matrículas na escola encontradas. Quase metade das crianças dos DCM mais pobres não estavam freqüentando pré-escola. Sabe-se que aqueles que freqüentam pré-escola obtêm melhores resultados mais à frente em sua vida escolar. Praticamente a metade dos adolescentes dos DCM mais pobres estavam freqüentando escola e não trabalhando.
3. Os argumentos acima indicam a urgência por políticas públicas dirigidas para estas mulheres e seus filhos. No que diz respeito a políticas e programas voltados para mulheres pobres chefes de domicílios e seus filhos, defendemos uma mudança em suas pressuposições.

A feminização da pobreza é entendida como conseqüência de mudanças na estrutura familiar, que conduzem à ausência de um homem provedor. Planejadores de política entendem que os melhores programas dirigidos às mulheres pobres chefe de domicílios seria transferência de renda. Mas se a feminização da pobreza passasse a ser entendida como conseqüência da baixa escolaridade e qualificação das mulheres chefes pobres, certamente os programas seriam outro, voltados para aumentar o capital humano dessas mulheres.

## **Referências**

Barros,Ricardo;Fox,Louise;Mendonça,Rosane.Female-headed households, poverty, and the welfare of children in urban Brazil. *Economic Development and Cultural Change*,v.45,n.2, p.231-257, 1997

Berquó,Elza.Perfil demográfico das chefias femininas no Brasil.In: Bruschini, Cristina;Unbehaum,Sandra G.,org.(2002)*Gênero, democracia e sociedade brasileira*.São Paulo:Fundação Carlos Chagas/Editora 34, p.243-265, 2002.

Bianchi,Suzanne M. Feminization and juvenization of poverty: trends, relative risks, causes, and consequences. *Annual Review of Sociology*,n. 25, p.307-333, 1999

BRIDGE.*Briefing paper on the feminisation of poverty*. Sussex, 2001.

Buvinic,Mayra;Gupta,Geeta Rao.*Targeting poor woman-headed households and woman-maintained families in developing countries:views on a policy dilemma*. Washington,DC:ICRW, 1994.

Buvinic,Mayra;Gupta,Geeta Rao.Female-headed households and female-maintained families:are they worth targeting to reduce poverty in developing countries? *Economic Development and Cultural Change*,v.45,n.2,p.259-280, 1997

Cagatay,Nilüfer.*Gender and poverty*.UNDP, 1998.

Casper,L. M. et al. The gender-poverty gap: what we can learn from other countries. *American Sociological Review*, n. 59, p. 594-605, 1994 apud McLanahan,Sara S.; Kelly,Erin L. The feminization of poverty: past and future. In: *Handbook of the sociology of gender*. New York: Klumer p. 127-145, 1999.

Folbre, Nancy. Mothers on their own: policy issues for developing countries apud Buvinic,Mayra;Gupta,Geeta Rao.Female-headed households and female-maintained families:are they worth targeting to reduce poverty in developing countries? *Economic Development and Cultural Change*, v.45, n.2, p.259-280, 1997

Garfinkel, Irwin; McLanahan,Sara S. *Single mothers and their children: a new American dilemma*. Washington: The Urban Institute Press, 1986.

Herring, Cedric et al. Feminization of poverty or pauperization of women? :clarifying the sources of change in the impoverishment of women and their families. *National Journal of Sociology*, v.7, n.1, p.43-65, 1993

McLanahan,Sara S.; Kelly,Erin L. The feminization of poverty: past and future. In: *Handbook of the sociology of gender*. New York: Klumer p. 127-145, 1999

Montaño, Sonia et al. Poverty and inequality from a gender perspective. In: *Social Panorama of Latin America*. ECLAC, 2002-2003.

Novellino,Maria Salet Ferreira.*Feminização da pobreza no Rio de Janeiro,Brasil (1992-1999)*In: XIII Encontro da ABEP, 2002.

Pearce, Diane.The feminization of poverty: women, work and welfare. *Urban and Social Change Review*.p.28-36, Feb. 1978

Quisumbing,Agnes R.;Haddad,Lawrence;Peña,Christine.*Gender and poverty:new evidence from 10 developing countries*.Washington,DC:IFPRI, 1995.

Rogers, Beatrice Lorge. Alternative definitions of female headship in the Dominican Republic. *World Development*, v.23, n.12, p.2033-2039, 1995

Seok, Jae-Eun. Women's poverty in Korea. Paper presented at *9th International Interdisciplinary Congress on Women*, Seoul, Coréia, 2005

Stallard, Karin et al. Poverty in the American dream: women and children first. Boston: South End apud Gimenez, Martha (1999). The feminization of poverty: myth or reality. *Critical Sociology*, n.2/3, p. 336-351, 1983

United Nations. *Improving concepts and methods for statistics and indicators on the situation of women*. New York, 1984.